

A importância da formação de gestores escolares no Brasil



» CAIO CALLEGARI
Mestre em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas e coordenador de Inovação em Políticas do Instituto Unibanco

Policy Institute, a preparação de diretores em programas de desenvolvimento profissional de alta qualidade está associada a práticas de gestão mais eficazes, a uma retenção mais forte dos professores nas escolas e a melhores resultados de aprendizagem dos estudantes. Mas o que é alta qualidade na formação?

Em pesquisa de base para a organização dos cursos autoinstrucionais “Gestão Escolar na Prática”, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Unibanco identificaram que as formações atualmente disponíveis para lideranças escolares são vistas como pontuais e desconectadas da realidade, demasiadamente teóricas e sem considerar as demandas efetivas dos gestores. O que os gestores indicam como “formações de qualidade” é o exato oposto: oportunidades de formação reflexiva focada na prática, com desenvolvimento das competências mais desafiadoras, como a gestão dos recursos financeiros na escola e o engajamento da comunidade escolar, ou para lidar com temas emergentes como saúde mental e convivência nas escolas.

Não apenas o conteúdo é pouco atrativo aos gestores escolares atualmente, mas o formato também: faltam estudos de caso e exemplos práticos de aplicação no dia a dia, e são escassas

as formações gratuitas que sejam aderentes (em carga horária e modelo de acesso) à longa e dinâmica jornada de trabalho, que varia em termos de intensidade ao longo do dia e do ano letivo. Essa percepção de baixa aderência ao contexto prático dos diretores é corroborada pelos estudos dos pesquisadores Nigel Brooke e Wagner Rezende, que identificam características que levam a baixas taxas de conclusão nas formações de gestores escolares.

Estamos falando, portanto, de um problema de qualidade da oferta formativa para um público com atribuições de liderança tão amplas quanto desafiadoras: administrativo-financeiras, político-institucionais, pessoal-relacionais e pedagógicas. Será preciso que o ecossistema de instituições formadoras aprimore seus programas em conteúdo e formato, olhando para as demandas, necessidades e lacunas dos profissionais da educação. Aí está uma importante estratégia para a melhoria da gestão no contexto do próximo Plano Nacional de Educação.

É verdade que esse cenário vem mudando desde 2021. Com a entrada em cena do Novo Fundeb, aprovado pelo Congresso Nacional, cada vez mais redes públicas de ensino têm passado os gestores escolares por critérios técnicos e menos por critérios exclusivamente políticos — e passaram a incluir formações como condição para acesso à função.

Nesse sentido, as inovações em curso no setor público, no setor privado e no terceiro setor, devem ser tomadas como objeto de avaliação, estudo e inspiração ao longo dos próximos anos, para alcançarmos um patamar mais elevado de desenvolvimento profissional dos gestores escolares.

Imagine que você é uma professora com 47 anos de idade, mais próxima da aposentadoria do que de seu início de carreira. De um dia para o outro, ao passar a uma posição de liderança onde você atua, 70% da sua jornada de trabalho muda em termos do que é preciso fazer cotidianamente.

Mas você não teve oportunidade de formação, ao longo da carreira, para a nova função em que atuará, a menos que tenha pago — e caro — uma especialização em uma instituição privada; sua formação de graduação também não lhe preparou para isso. O que fazer, por onde começar seu novo trabalho?

Esse é o retrato médio dos diretores de escolas públicas no Brasil, de acordo com estudo recentemente lançado pelo Instituto Unibanco. Essa é sem dúvida uma das profissões mais importantes para o desenvolvimento da sociedade brasileira, dado o alto impacto de um bom diretor na trajetória escolar e aprendizagem das crianças e jovens. Contudo, menos de 20% desses profissionais têm formação em gestão escolar com carga horária minimamente adequada. Na maior parte do país, gestores escolares assumem seus papéis sem apoio à altura e sem formação apropriada.

De acordo com as pesquisas internacionais conduzidas pela Wallace Foundation e pelo Learning



No piloto automático? Qual a posição do Ministério da Saúde sobre a Saúde Suplementar?



» MARCELO QUEIROGA
Médico cardiologista e ex-ministro da Saúde

No Brasil, ao contrário do que muitos pensam, há somente um sistema de saúde: o SUS. O setor privado participa de forma complementar e deve atuar de maneira integrada para garantir o direito à saúde. O Consu, que estabelece as diretrizes de políticas públicas a serem executadas pela ANS, tem como um de seus integrantes o ministro da Saúde.

O Consu, que tinha pouco protagonismo antes de minha gestão, foi convocado para estabelecer a diretriz de enfrentamento da covid-19 na Saúde Suplementar. A diretriz foi aprovada após ampla consulta pública. Trouxemos, sem intervir na atividade regulatória da ANS, um enfoque diferente para esse importante setor, que alguns diziam estar de férias. Não é razoável que, durante duas décadas, não tenha sido estabelecida sequer uma norma de política pública para o setor.

A atual gestão da pasta parece alheia às discussões sobre o setor. Tudo parece caminhar em modo de espera ou no piloto automático. Não foi por falta de assuntos relevantes e de interesse público, a exemplo da exclusão, em 2024, de beneficiários com transtorno do espectro autista e portadores de doenças raras dos planos empresariais por adesão — tema cuja competência não se restringe à agenda regulatória da ANS ou do Judiciário. Esse assunto poderia ser parte de uma diretriz de política pública, tratada no âmbito do Consu.

Enfim, essas medidas impactam os programas assistenciais do SUS. A Câmara dos Deputados discute mudanças na legislação que, pela tendência dos parlamentares, devem ampliar as coberturas dos planos de saúde, com impacto inevitável sobre o preço das mensalidades.

Recentemente, em sentido oposto, a ANS submeteu à consulta pública uma proposta para a criação de planos com coberturas reduzidas, exclusivos para consultas e exames, sem atendimento de urgência — uma versão ainda mais enxuta dos antigos planos ambulatoriais, que sumiram do mercado após a cobertura obrigatória da terapia com antineoplásicos de uso oral. Os sinais entre as agendas são contraditórios. Qual é a posição do Executivo?

Por outro lado, o ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, pediu manifestação da ANS sobre a ação que questiona o caráter exemplificativo do rol de procedimentos da agência. O objeto da discussão é a cobertura de tratamentos que estão fora da lista de procedimentos estabelecida pela agência. À época das discussões sobre a mudança na lei, fui contrário.

Resta-nos saber como ficará o setor sob o comando de Wadih Damous, que no passado já quis fechar o Supremo, indicado por Lula para presidir a ANS, caso seu nome seja aprovado pelo Senado Federal. A Saúde Suplementar, ao que parece, singrará em mar revolto nos próximos anos.

Biocombustíveis não encarecem os alimentos



» ARNALDO JARDIM
Deputado federal e vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

Com uma alta de 7,69% em 2024, o preço dos alimentos levou a inflação para além da meta de 4,5%, estabelecida pelo Banco Central, fechando o ano em 4,83%. Nesses dois primeiros meses de 2025, as prateleiras dos supermercados continuam pressionando o Índice Geral de Preços-Mercado (IGPM), ainda que os dados desta semana mostrem uma mudança.

Para aliviar a pressão do desgaste, não faltaram atitudes intempestivas do governo, como o anúncio de uma pretensa intervenção nos preços para baratear os alimentos, anunciada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, ou a declaração do presidente Lula de que os biocombustíveis, como biodiesel e o etanol de milho, são os verdadeiros vilões da carestia.

O preço do óleo de soja, que ficou muito caro durante a pandemia, sofreu uma forte deflação, em 2023, de 36%. Os preços voltaram a subir a partir do segundo semestre do ano passado com a quebra da safra de soja 23/24, devido a fatores climáticos. Foram produzidos 147,38 milhões de toneladas da oleaginosa na safra 23/24, frente a 154,6 milhões de toneladas em 22/23, uma queda de 8,7%. Está prevista uma safra recorde em 2025, o que certamente reduzirá a pressão sobre os preços, ou seja, uma redução como a que ocorreu em anos anteriores.

Na verdade, o aumento do esmagamento da soja para produção de biodiesel amplia a oferta de farelo no mercado com consequente redução do preço da proteína animal. Com uma participação média de 22% na fabricação das rações para animais, o farelo garante uma economia de 3,5 bilhões em despesas com proteínas animais, equivalente a uma redução de 0,05% no Índice de Preços ao Consumidor (IPCA). Além disso, quanto maior o esmagamento, maior a produção de óleo comestível.

Em relação ao etanol de milho, estudo conduzido pelo professor Marcelo Justus, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), intitulado *Did the entry of the corn ethanol industry in Brazil affect the relationship between domestic and international corn prices*, mostra que a expansão da indústria de etanol de milho no Brasil não impactou os preços do grão nem os custos dos alimentos. Consequência do aumento da produtividade agrícola em função da adoção de novas tecnologias e da possibilidade de colheitas múltiplas.

Segundo os pesquisadores, a chamada “safrinha” brasileira, uma segunda safra de milho plantada após a colheita da safra principal, aumenta a produção de milho sem afetar o preço, o que nos permite produzir energia a partir de biocombustíveis sem comprometer a oferta alimentar. O estudo, publicado na *GCB Bioenergy* — revista conceituada na área de energia sustentável —, mostra ainda que os preços do milho no Brasil estão muito alinhados com o mercado internacional, cuja flutuação acompanha conjecturas pontuais.

Podemos concluir, com firmeza, que a inflação dos alimentos não é responsabilidade dos biocombustíveis, cuja contribuição para o meio ambiente e para a economia é inegável. A solução é o aumento da produção, que depende de financiamento e previsibilidade, questões para as quais o governo pode contribuir decisivamente, ao invés de adotar medidas intempestivas.

Em novembro de 2024, o presidente Lula sancionou, em uma grande cerimônia, a Lei do Combustível do Futuro, que visa ampliar a participação dos combustíveis renováveis na matriz energética brasileira. As estimativas são de que o novo marco traga mais de 200 bilhões de investimentos para o Brasil. Lançar dúvidas sobre a virtuosidade dos biocombustíveis manda uma mensagem negativa para o investidor, sugerindo que pode haver uma mudança de rota a qualquer momento e o país deixe de investir em biocombustíveis.